

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**MIGRANTES RICOS E MIGRANTES POBRES: AS HERANÇAS DA  
ECONOMIA DO PETRÓLEO EM MACAÉ**

FABER PAGANOTO ARAUJO

ORIENTADORA: OLGA MARIA SCHILD BECKER

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA COMO  
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL

APROVADA POR:

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Olga Maria Schild Becker

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Daou

Rio de Janeiro, Fevereiro de 2005.

### **Ficha Catalográfica**

ARAUJO, Faber Paganoto

Migrantes Ricos e Migrantes Pobres: as heranças da economia do petróleo em Macaé.

Rio de Janeiro, 2005.

40 páginas. UFRJ

Dissertação de Monografia para obtenção do título de bacharel em Geografia

1. Migração
2. Crescimento Urbano
3. Exclusão Social
4. Macaé

## **Agradecimentos**

Quase tudo na vida funciona em ciclos. Todos os anos um grupo de pessoas deixa a universidade para que outros passem a ocupar as mesmas cadeiras que àquele grupo ocupou ao longo de quatro anos. Passear pelos corredores do CCMN e perceber que não mais pertenço a ele certamente será uma das piores sensações que devo experimentar daqui pra frente. Mas as etapas foram feitas para serem cumpridas e, portanto, devemos cumpri-las. Ao longo dos últimos quatro anos muitas pessoas foram de fundamental importância para que eu estivesse hoje completando mais esta etapa da minha vida. A elas dedico esta monografia e os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço a esta energia maior que move a todos nós e ao mundo. Independente do nome que se dê, é ela que me dá tranquilidade e determinação nos momentos em que o cansaço e as dúvidas mais diversas tomam conta dos meus pensamentos. E estes momentos não foram poucos nos últimos meses.

Agradeço à professora Olga Becker, companheira desde o segundo período letivo, pela dedicação, orientação, confiança e amizade. Aos amigos que são ou foram do GEPOP, André, Terezoca, Miguel, Ramana, Gabriel, Fernando e Lula, pelos momentos divertidíssimos durante os cafezinhos, congressos ou entre um questionário e outro aplicados nos acampamentos e assentamentos do MST.

Agradeço à professora Mônica Marçal pelo apoio na minha primeira viagem para o levantamento de dados no município de Macaé e pelo incentivo em estudar este município.

Agradeço aos funcionários da Prefeitura Municipal, pela atenção dispensada numa das últimas sextas-feiras do ano, em época de troca de governo. Em especial, meus agradecimentos à Gustavo Amaral, do Planejamento e Maria José, do Programa Macaé Cidadão.

Aos meus grandes amigos, saldo mais importante ao término desta faculdade. Dani e Marcelo, jamais esquecerei nossas risadas e nossas idas à Parmê, sempre às quartas depois da aula da “coisa básica”. Mari e Betoca, o companheirismo e às fugas estratégicas para o Mangue nos dias mais estressantes foram muito importantes e certamente inesquecíveis.

Agradeço à minha mãe, pelo suporte financeiro, afetivo e espiritual. À minha família pela confiança e reconhecimento, sempre estimulantes. À minha namorada, Marina, pela dedicação, pela cumplicidade, pelos elogios, pelo incentivo, pelos empurrões a cada vez que eu resolvia empacar e por ter se tornado parte fundamental da minha vida.

## Sumário

1. Resumo _____	5
1. Introdução _____	6
2. Localização da Área de Estudo _____	8
3. Evolução da Economia Regional _____	9
4. Justificativa _____	14
5. Metodologia _____	14
6. Concepção Teórica _____	15
7. A Migração Recente no Município de Macaé	
7.1 Onde eles estão? _____	21
7.2 De onde eles vêm? _____	24
7.3 Quanto eles ganham? _____	28
8. Considerações Finais _____	32
9. Referências Bibliográficas _____	34
10. Anexos	
Cartograma 1: Áreas de Ponderação e Bairros do Município de Macaé ____	36
Cartograma 2: População Migrante segundo Área de Ponderação _____	37
Cartograma 3: Migrantes Internacionais, Cariocas e Norte-Fluminenses ____	38
Cartograma 4: População Migrante Por Faixas de Renda _____	39
Cartograma 5: Percentual de Migrantes Empregados no Setor Petrolífero ____	40

## 1. Resumo

Em 1974 a Petrobrás elegeu a cidade de Macaé como base operacional para as atividades de prospecção e de produção para o então recém-descoberto petróleo da plataforma continental da Bacia de Campos. Inaugurou-se, assim, um novo ciclo econômico regional baseado direta e indiretamente nos recursos oriundos da extração petrolífera.

A cidade começa a se transformar em função da presença da Petrobrás desde o início da década de 70, mas o processo de transformação e crescimento se intensifica na última década. Nos últimos anos o município de Macaé surge em diversas reportagens na imprensa escrita e falada como uma espécie de novo Eldorado, um pólo de desenvolvimento em franca expansão, onde o emprego é farto e a qualidade de vida elevada. Toda essa propaganda resulta em incrementos populacionais proporcionados pela migração com destino ao município.

Este estudo mostra quem são os migrantes recentes em Macaé e traça relações entre sua renda, sua ocupação, sua origem e a área em que fixou residência no município. Aqueles migrantes com capacitação para trabalhar no ramo do petróleo ou nas atividades diretamente ligadas à ele conseguem emprego, recebem altos salários e estimulam um processo de especulação imobiliária no vetor de expansão sul do município, enquanto aqueles migrantes desqualificados, em sua maioria, ficam subempregados e engrossam os bolsões de pobreza que crescem em ritmo acelerado no setor de expansão norte, principalmente.

## 2. Introdução

No início da década de 70, logo após o primeiro choque do petróleo, a Região Norte Fluminense perde o destaque na produção do setor sucro-alcooleiro. Nesta conjuntura foi vista como “região-problema”, uma vez que sua economia comportava situações que iam desde a estagnação e a queda dos índices de produtividade de seu principal produto, a cana-de-açúcar, até o alto grau de desemprego sazonal, determinando um processo de pauperização e de desenraizamento do trabalhador rural com seu deslocamento para a periferia das cidades da região.

Em 1974 a Petrobrás elegeu a cidade de Macaé como base operacional para as atividades de prospecção e de produção para o então recém-descoberto petróleo da plataforma continental da Bacia de Campos. Inaugura-se, assim, um novo ciclo econômico regional, agora baseado direta e indiretamente nos recursos oriundos da extração petrolífera. O empreendimento da Petrobrás na Bacia de Campos, que detinha o monopólio da prospecção, extração e produção de óleo e gás enquadrava-se na categoria dos Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) do período militar. O objetivo da estatal era claro: transformar o país numa potência energética emergente, sem levar em conta os impactos locais, sempre em nome dos “interesses nacionais”.

Os poços na Bacia de Campos localizam-se na plataforma continental (off-shore). A legislação brasileira, no entanto, para fins de pagamento de impostos (royalties), associa a localização do poço ao território costeiro dos municípios. Dessa forma, a região é uma das maiores beneficiárias do recebimento deste imposto, sendo também a que mais sofre, positiva e negativamente, os impactos da indústria do petróleo.

Macaé, auto-denominada “capital do Petróleo”, foi o município que mais se transformou e hoje ostenta um vigor diretamente relacionado às atividades de extração, produção e logística do petróleo. Atualmente é um dos melhores municípios na relação postos de trabalho/população no estado do Rio de Janeiro. Em 2001 detinha cerca de 55 mil postos de trabalho formal numa população de 132 mil habitantes (41,7%), sendo 19% dos postos de trabalho formais (10432) ligados diretamente às atividades de extração de petróleo e gás. Para efeitos de comparação, Campos dos Goytacazes detinha no mesmo ano apenas 47943 postos de trabalho formais para uma população de 407 mil habitantes (RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego), ou seja, o emprego formal daquele município representava apenas 11,8%.

O município de Macaé apresenta, por outro lado, sobrecarga nos serviços de utilidade pública, escassez crescente de moradias, uso predatório do litoral e outras mazelas que uma ocupação industrial sem planejamento acarreta nos locais em que se fixa. Contudo, recentemente vem procurando disciplinar seu crescimento urbano apoiando-se em planos urbanísticos, os quais, ao buscar controlar a forma da expansão urbana, parecem ainda pouco interferir na melhoria das condições de vida da população acrescida pelo aporte significativo de migrantes da última década.

A cidade começa a se transformar, em função da presença da Petrobrás, desde o início da década de 70, mas este processo de transformação e crescimento se intensifica na última década. Nos últimos anos o município de Macaé surge em diversas reportagens na imprensa escrita e falada como uma espécie de novo Eldorado, um pólo de desenvolvimento em franca expansão, onde o emprego é farto e a qualidade de vida elevada. Toda essa propaganda resulta na migração de população com os mais diversos graus de escolaridade e tipos de qualificação.

Aqueles migrantes com capacitação para trabalhar no ramo do petróleo ou nas atividades diretamente ligadas a ele conseguem emprego, recebem altos salários e estimulam um processo de especulação imobiliária no vetor de expansão sul do município, enquanto aqueles migrantes desqualificados, em sua maioria, ficam subempregados e engrossam os bolsões de pobreza que crescem em ritmo acelerado no setor de expansão norte, principalmente. O crescimento da malha urbana da cidade baseada na expansão destes dois vetores principais, norte e sul, mostra claramente um processo de segregação espacial.

Não existe nenhum Plano Diretor para a cidade, o que implica na ocupação do solo urbano de maneira desordenada, caótica e muitas vezes ilegal (CTPETRO, 2003). Existem projetos de expansão do perímetro urbano a fim de que se direcione o crescimento da cidade em direção às planícies que circundam a mancha urbana de Macaé, onde atualmente a criação de gado é a atividade predominante. Enquanto este plano não é posto em prática, o que se verifica é comum aos processos de expansão urbana nas cidades brasileiras: especulação imobiliária nas áreas nobres, loteamentos clandestinos, invasões e favelização desenfreada, sem intervenção do poder público no sentido de ordenar ou corrigir tais processos.

Nas ruas da cidade ouvem-se idiomas estrangeiros e sotaques brasileiros. Hotéis e restaurantes ficam lotados de segunda à sexta-feira e cobram preços muito superiores à

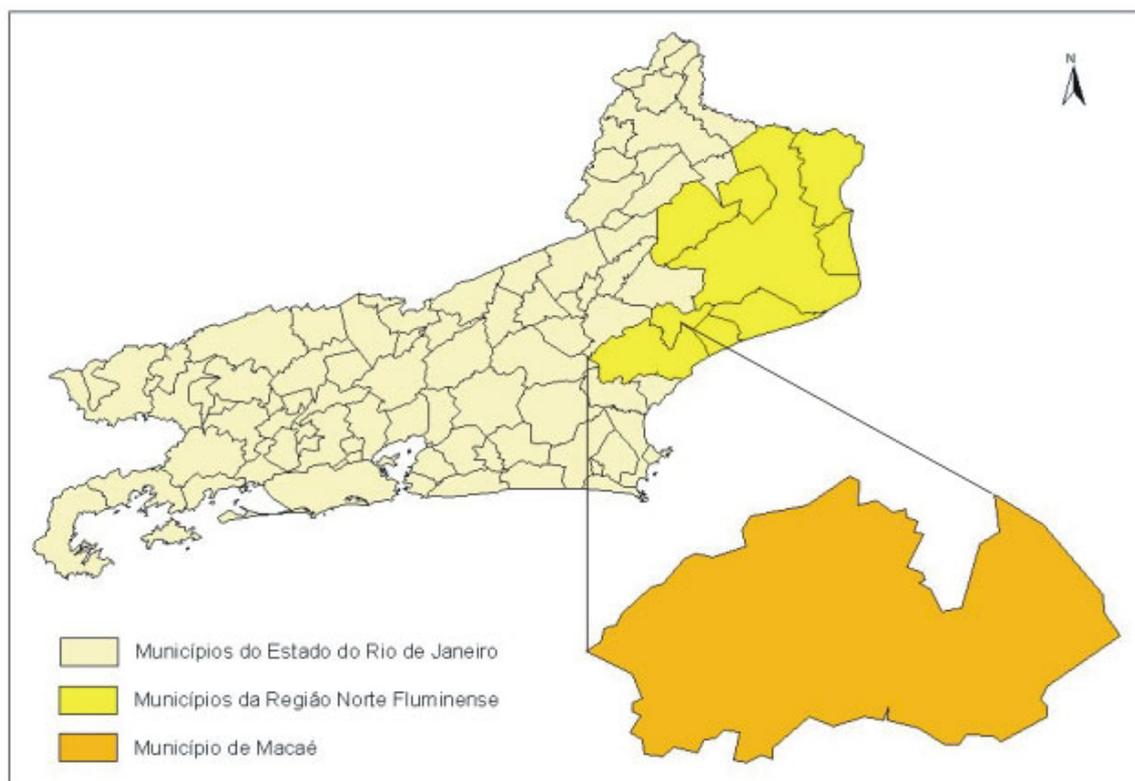
média nacional para estabelecimentos do mesmo nível. No fim de semana estão todos vazios, o que mostra que essa população de renda elevada, em grande parte, não se fixa na cidade. Essa é a herança de uma economia baseada na indústria do petróleo: rápido crescimento, trânsito típico de grandes metrópoles, elevação do custo de vida, segregação espacial e o surgimento de dois grupos de personagens, os migrantes pobres e os migrantes ricos.

### 3. Localização da Área de Estudo

Situado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, na Região Norte Fluminense, o município de Macaé possui uma área de 1.215 quilômetros quadrados. Está localizado a uma latitude de  $-22^{\circ}37'08''$  e longitude de  $-41^{\circ}78'69''$ .

O município faz divisa com os municípios de Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu, ao Norte; Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, ao Sul; Trajano de Moraes e Nova Friburgo, a Oeste; e com o Oceano Atlântico, a Leste.

**Esquema 1:** Localização do Município de Macaé



#### 4. A Evolução da Economia Regional

No Norte Fluminense, a monocultura da cana e a estrutura da agroindústria açucareira condicionaram, historicamente, a dinâmica econômica, social e política, monopolizando o mercado de trabalho. Consolidou-se, na década de 70 do século passado, um mercado sazonal, em que o grosso da força de trabalho alternava o trabalho na agroindústria, particularmente na cana, com os serviços domésticos e outros, considerados não-qualificados.

Na verdade, tratava-se de um mercado de trabalho em que o biscate nos serviços de baixa remuneração, predominantemente serviços ligados a unidades habitacionais ou comerciais, era a única alternativa de ocupação em relação ao trabalho na cana. Fora disso, era a migração para o Rio de Janeiro, principalmente – em caráter mais ou menos definitivo – e para a Região dos Lagos, área litorânea entre o norte do estado e o município do Rio de Janeiro, em geral, temporária, no verão, onde predominam as atividades turísticas, coincidente com a entressafra da cana de açúcar.

Dados de 1983, do PECPM - Projeto Especial Cidades de Porte Médio (*apud* CEFET, 2001), referentes a Campos dos Goytacazes, revelam que 63,2% da população de baixa renda residente nas favelas, alternavam o trabalho na cana com o biscate nos serviços domésticos e na construção civil.

A expansão da lavoura e as mudanças técnicas no setor canavieiro e açucareiro, sob um padrão subordinado ao capital industrial produtor de insumos, máquinas e equipamentos sediado em São Paulo, dentre outros fatores, resultaram em profundas alterações na demanda por trabalho: i) diminuíram e quase desapareceram as lavouras de subsistência e os cultivos tradicionais, como a mandioca; ii) generalizou-se a figura do bóia-fria, trabalhador temporário residente nas favelas urbanas e rurais, expulso da terra e trabalhando em condições precárias e em regime de clandestinidade no vínculo, alternando o trabalho rural com o biscate urbano; iii) praticamente desapareceram o complexo metal-mecânico e metalúrgico integrante da cadeia produtiva do açúcar, bem como as indústrias ligadas a insumos, subprodutos e produtos da cana, como a do melado, a da cachaça e a de doces, como a famosa goiabada cascão.

A ação regionalista das elites açucareiras, nesse período, ou o fechamento da região, ou, ainda, o seu monopólio no acesso e uso dos recursos canalizados, viabilizou a reprodução de uma economia regional extremamente concentrada e polarizada em termos da renda e do mercado de trabalho. A modernização tecnológica e a expansão da atividade tradicional aumentaram o excedente de mão-de-obra. Isto criou barreiras à especialização e à qualificação da força de trabalho, pois constituía um imenso mercado de força de trabalho desqualificada, pressionando os salários e preços dos serviços para baixo e precarizando as condições de exercício do trabalho.

A reprodução desse padrão produtivo e de relações só foi possível porque uma aliança entre as elites açucareiras, técnicos e imprensa local, logrou monopolizar o acesso e controle do uso dos recursos oriundos das políticas setoriais, tais como o Proalcool, realizando um verdadeiro fechamento da região. Com isso, a estrutura que condicionava a hierarquia, a diferenciação e as desigualdades sociais se reproduziu em meio à modernização da economia.

Em 1991, o percentual da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes que trabalhava na cultura da cana, nos serviços domésticos, na construção civil e como "serventes em geral" – em regime de biscate, uma vez que eram ocupações intermitentes – totalizava cerca de 46% dessa faixa da população. Tal percentual da população oriunda da cana vivendo de biscates indica que o perfil e a dinâmica do mercado de trabalho sofreram poucas alterações nas décadas de 70 e 80.

O caso do Norte Fluminense nos permite relativizar e complexificar os nexos entre crescimento, desenvolvimento, trabalho, emprego e renda. O caso desta região é representativo dos espaços do território nacional herdeiros de práticas produtivas e políticas tradicionais, sob domínio de oligarquias rurais, com estruturas de poder e de relações sociais preservadas pela modernização conservadora realizada no país. Tais arranjos e dinâmica permitem que um processo de crescimento profundo e contundente, acompanhado de modernização tecnológica, signifique reprodução e aprofundamento do subdesenvolvimento, da estagnação, da pobreza e do desemprego.

A produção de cana e açúcar, ao final da década de 90, realizada, agora, em usinas altamente tecnificadas, passou a ser metade da do auge, nos anos 80, ou seja, de quatro

milhões e meio de toneladas de açúcar, contra quase dez milhões atingidos naquela década. O emprego no setor caiu, entre meados de 80 e 2001, de cerca de 50.000 para cerca de 15.000. Foram 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo montante deslocada para o mercado de trabalho urbano: mão-de-obra desqualificada, em virtude dos baixos níveis de instrução e de educação formal, e das condições precárias de vida.

Enquanto a economia sucro-alcooleira caminhava para a estagnação, no dia 25 de novembro de 1974, em plena crise do petróleo, uma notícia parecia anunciar a chegada de um novo tempo: a Petrobras havia descoberto petróleo no litoral de Campos dos Goytacazes, na Praia do Farol de São Tomé.

Atualmente a Bacia de Campos é responsável por 80% da produção nacional de petróleo. Com a criação dos royalties e a crescente e acelerada produção de petróleo na Bacia de Campos, as sementes da competição intra-regional estavam lançadas. A primeira consequência se dá no plano administrativo, com o desmembramento de antigos municípios, sendo criados cinco novos. Dos dez municípios que mais recebem royalties no país, oito estão no Norte Fluminense, o que resultou na criação da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos – OMPETRO, constituída, no ato de sua criação, por Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

Esses municípios, de dimensões populacionais bastante variadas e predominantemente rurais em 1950, passam a apresentar em 2000, índices de urbanização superiores ao da média nacional. E alguns deles, especialmente os da microrregião de Macaé (Macaé, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu) apresentaram taxas de crescimento da população superiores a 4% em alguns períodos, conforme mostra a Tabela 1. A densidade demográfica destes municípios também reflete o crescente processo de urbanização. A tabela 2 mostra que Macaé e Campos dos Goytacazes apresentam densidades superiores a 100 habitantes/ km<sup>2</sup>.

**Tabela 1:** Taxa de crescimento da população residente nos municípios da Região Norte Fluminense. Período 1940-2000.

Municípios do Norte Fluminense	Períodos						
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1996-2000
<b>Região Norte Fluminense</b>	<b>0,62</b>	<b>1,66</b>	<b>0,88</b>	<b>0,89</b>	<b>1,58</b>	<b>1,35</b>	<b>1,60</b>
Campos dos Goytacazes	1,04	2,11	1,46	1,18	1,46	0,69	1,06
Carapebus	-0,60	-2,04	1,29	-1,76	0,52	2,34	1,58
Cardoso Moreira	-0,26	0,37	-2,22	-1,96	-1,25	-1,41	1,31
Conceição de Macabu	0,51	0,61	1,74	1,66	2,01	1,42	0,68
Macaé	-0,39	4,19	1,19	2,32	4,23	3,82	3,88
Quissamã	0,06	0,64	0,29	-0,32	0,77	3,75	2,09
São Fidélis	-0,40	-1,24	-0,96	-0,05	-0,10	1,10	0,16
São Francisco de Itabapoana	1,17	1,29	0,83	-1,04	0,68	-1,55	3,47
São João da Barra	1,82	3,55	-1,40	1,72	1,01	6,17	-0,56

Fonte: Fundação CIDE

**Tabela 2:** Densidade Demográfica dos Municípios da Região Norte Fluminense. Período 1940-2000.

Municípios do Norte Fluminense	Períodos							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
<b>Região Norte Fluminense</b>	<b>35,3</b>	<b>37,5</b>	<b>44,2</b>	<b>48,3</b>	<b>52,8</b>	<b>62,7</b>	<b>67,0</b>	<b>71,4</b>
Campos dos Goytacazes	44,7	49,6	61,1	70,7	79,5	93,2	96,5	100,6
Carapebus	30,6	28,8	23,4	26,6	22,3	23,6	26,5	34,4
Cardoso Moreira	43,1	41,9	43,5	34,8	28,5	24,8	23,1	24,3
Conceição de Macabu	25,0	26,3	27,9	33,2	39,1	48,7	52,2	46,9
Macaé	23,8	22,9	34,5	38,8	48,8	76,9	92,8	107,0
Quissamã	12,5	12,6	13,5	13,8	13,4	14,6	17,5	19,1
São Fidélis	44,3	42,6	37,6	34,1	33,9	33,5	35,4	35,5
São Francisco de Itabapoana	25,7	28,9	32,9	35,7	32,2	34,6	35,2	36,6
São João da Barra	23,1	27,7	39,2	34,1	40,4	45,1	53,3	59,9

Fonte: Fundação CIDE

O norte do Estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a região Norte Fluminense, é conhecido pelo paradoxo de ter sido, por um lado, uma área tradicionalmente grande produtora de cana e açúcar, com grande projeção nacional e de ser, hoje, responsável por mais de 80% da produção brasileira de petróleo; por outro, de figurar entre as regiões de menor desenvolvimento do país, considerando-se os aspectos das desigualdades de renda,

da qualidade de vida e bem-estar, dos níveis e condições de pobreza e de emprego, e do dinamismo da sua economia.

A maior expressão desta realidade é o fato de seus municípios figurarem entre os de maior quantidade de famílias pobres e indigentes, os de piores índices de qualidade de vida e os de piores colocações no IDH dentro do estado do Rio de Janeiro, com destaque negativo para o seu pólo tradicional, Campos dos Goytacazes, e positivo para o município-sede do complexo petrolífero, Macaé.

De acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas, no norte do estado do Rio de Janeiro e nos seus municípios-pólo, em 1970, os percentuais indigência (população com renda *per capita* inferior a 80 reais mensais) eram de 30,80% em Campos e 17,91% em Macaé. Em 1980, Campos passou para 38,13% e Macaé para 33,24%, refletindo o período de expansão e modernização da agroindústria açucareira na região, que eliminou antigos cultivos e gerou um contingente de milhares de bóias-frias, expulsos do campo para a cidade, vivendo em condições precárias de vida e de renda. Em 1991, o índice de indigência de Campos disparou para 52,34% e o de Macaé caiu para 31,88%.

Na década de 80, a extração do petróleo se consolidou na região, tendo o complexo se estabelecido em Macaé, enquanto Campos continuou sediando o complexo da agroindústria açucareira, que reproduziu um mercado de trabalho polarizado e restrito, em virtude da modernização, entrando em crise ao final da década.

Em 2000, para um percentual médio de 14,68% de indigentes no estado do Rio de Janeiro, o Norte Fluminense situava-se na porção do território do estado com as proporções mais altas, com taxa média de 23,93%. O pólo tradicional agroindustrial – Campos dos Goytacazes – apresentava 28,88%, acima, portanto, da média regional, e Macaé, 6,52%, bem abaixo da média regional, um dos três melhores índices do estado. Tudo indica que os benefícios diretos do petróleo em termos do emprego e da renda, se concentraram no entorno de Macaé enquanto Campos parece sofrer as conseqüências da dinâmica dos últimos 30 anos da agroindústria açucareira, apesar de ter havido progressos na diminuição da indigência, nos anos 90. Seus índices representam, no entanto, o dobro da média do estado.

## **5. Justificativa**

A chamada indústria do petróleo contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar um virtuoso processo de mudanças estruturais ou, ao contrário, pode permanecer como mero enclave na região em que se localiza. É possível considerar que o potencial de benefícios para o desenvolvimento local advindo da exploração do petróleo, após quase três décadas de atividades, ainda está por ser avaliado. Segundo Piquet (2003), embora venha proporcionando à região grandes contribuições financeiras, pouco se conhece a respeito da influência das atividades diretamente decorrentes da indústria do petróleo sobre a qualidade de vida de sua população.

No entanto, a favelização do município é um fato e a grande participação de migrantes nestas aglomerações subnormais chama atenção para a questão da migração para o município. Julga-se, portanto, importante se deter à questão de quem são os migrantes em Macaé. De onde vieram, onde residem, em que setores da economia trabalham, quanto ganham. Até que ponto a dinâmica do petróleo foi fundamental na atração destes migrantes? E que outros migrantes foram atraídos por esta dinâmica? É conhecida e noticiada a grande concentração de imigrantes internacionais em Macaé. Qual o perfil deles? Todas essas são questões que precisam ser respondidas e que justificam um estudo neste sentido.

## **6. Metodologia**

A economia local se desenvolveu baseada na presença da Petrobras, que desencadeou a vinda de centenas de empresas ligadas ao ramo do petróleo e injeção de royalties nos cofres da Prefeitura. Uma das conseqüências deste súbito desenvolvimento foi a crescente migração em direção ao município. A grande questão que se coloca na discussão sobre a migração com destino a Macaé se refere a qual a participação da economia do petróleo na absorção direta destes migrante. Ao cruzar os dados de migração com os dados de ocupação pode-se começar a responder tal questão. É importante discutir, também, como essa migração vem se refletindo no espaço urbano macaense, ou seja, onde

os migrantes estão se estabelecendo e contribuindo para o aumento da pressão sobre o meio ambiente e a infra-estrutura urbana.

Utilizando como conceitos-chave a Exclusão Social e a Mobilidade Espacial da População, este estudo se propõe a dimensionar os fluxos migratórios passados e a caracterizar e espacializar os fluxos recentes. Será traçado o perfil do migrante recente (1995-2000) em Macaé, caracterizando esta população segundo ocupação, renda e origem.

A população migrante recente no município será mapeada utilizando-se o recorte espacial de Áreas de Ponderação (APs). O município de Macaé é dividido em 6 Áreas de Ponderação delimitadas pela prefeitura (Cartograma 1). Este recorte foi escolhido para a pesquisa por ser o menor recorte para o qual se dispõe de dados da amostra dos Censos Demográficos. Será sobreposto o mapa de bairros do município a fim de identificar áreas de concentração de migrantes ricos e pobres.

Serão utilizados microdados do Censo Demográfico 2000, disponibilizados através do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME/IBGE). Através desta interface estatística serão realizadas consultas cruzando variáveis de migração, renda, setores de atividade e ocupação. O mapeamento das informações será feito com uso do software de geoprocessamento ArcView.

## **7. Concepção Teórica**

A discussão do conceito de mobilidade espacial tem um caráter importantíssimo no entendimento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação do capital. A migração é, para Pierre George (1971), não só o deslocamento humano mas também a irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma estrutura social. No Brasil, as migrações refletem o processo de expropriação e de exploração que marcam o desenvolvimento capitalista.

De acordo com Damiani (1991), a migração interna no Brasil sempre foi fruto do mesmo processo, envolvendo diferentes agentes, ou seja, “os antigos latifundiários foram substituídos por grandes empresas capitalistas nacionais e multinacionais” (Damiani, 1991:42).

Não há dúvidas de que, entre as causas da mobilidade espacial da população, devem ser considerados os motivos pessoais não relacionados às questões econômicas e do capital, assim como os motivos políticos e as diferenças sociais entre as regiões ou as municipalidades de onde se originam ou para onde se destinam os fluxos migratórios. No entanto, se há um contingente que migra por razões pessoais ou familiares, há um contingente mais significativo que migra a fim de assegurar melhores condições de vida – ou de sobrevivência – na esteira da dinâmica e das necessidades do capital.

É preciso, aliás, fazer uma consideração quanto a essa migração por motivos pessoais, ou, repetindo Raffestin (1980), “mobilidade autônoma”. A mobilidade é autônoma quando resulta de uma escolha deliberada e heteronômica quando é resultado de coerção. Há, no entanto, que se questionar algumas situações (na verdade, a maioria delas): “Trata-se de uma mobilidade autônoma o caso daqueles que têm para escolher entre o deslocamento e a morte?”(Raffestin, 1980:88). Não há estatísticas sobre o assunto mas é possível arriscar que a maioria das migrações é reflexo da escolha entre a sobrevivência (mesmo que a duras penas) e a indigência iminente, traduzidas, no primeiro caso, no ato de migrar e, no segundo caso, na permanência.

A mobilidade é, nos países capitalistas, influenciada pelas estratégias e investimentos das empresas e dos governos, que vão determinar o destino dos deslocamentos. O que se percebe, assim, é uma desterritorialização da mão-de-obra, que fica sujeita ao deslocamento primeiro do capital.

Gaudemar (1977) entende a mobilidade como o deslocamento do capital humano ou de seus trabalhos, permitindo as formas cotidianas da divisão e organização do trabalho. A conformação do trabalhador enquanto mercadoria implica na sua mobilidade. Concordando com Walras, Gaudemar ressalta que a mão-de-obra se comporta como as águas de um lago que se movem a fim de manter um equilíbrio perdido.

Segundo Becker (1997), a cada nova ordem política mundial correspondeu uma nova ordem econômica com a emergência de novos fluxos demográficos:

“A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico”  
(Becker, 1997:323).

As primeiras impressões ao analisar os fluxos migratórios recentes no Brasil revelam uma intensificação dos fluxos em direção às cidades médias associado a uma redução dos fluxos direcionados às metrópoles. O crescimento do volume de migrantes nas metrópoles brasileiras ou parou de crescer na velocidade em que se percebia nas décadas de 60 e 70 ou entrou em franco declínio, como o caso da microrregião de São Paulo mostra claramente.

As cidades médias que vem recebendo um maior aporte de migrantes nas últimas décadas estão localizadas, em sua maior parte, no entorno das grandes metrópoles e já são apelidadas por alguns autores de “novas metrópoles”. O estado de São Paulo ilustra bem esta tendência, visto que todas as microrregiões do entorno da microrregião de São Paulo tem mais de 20% de sua população constituída por migrantes na década de 80 e um percentual um pouco menor na década de 90.

No estado do Rio de Janeiro, Macaé se destaca pela aceleração da recepção de migrantes apresentada nas últimas décadas. Em 1970, residiam em Macaé 6938 migrantes, representando 10,49% da população total do município, que era de 66104 habitantes. Em 2000, apenas 30 anos depois, a população migrante não acumulada no município era de 17701, ou 13,40% dos 132048 habitantes. É importante ressaltar que, para o IBGE, migrantes são apenas aqueles que fixaram residência no município a menos de 10 anos. Sendo assim, os números de migrantes se referem sempre à década imediatamente anterior ao ano do recenseamento.

Tudo isso exposto reforça a idéia de que o que ocorre atualmente no Brasil é uma desconcentração industrial centralizada e limitada a um polígono que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre, associada a uma desmetropolização relativa.

O capital pode redirecionar a força de trabalho para onde lhe for conveniente e da maneira mais rentável possível, porque os estoques de mão-de-obra excedente são incrementados cada vez mais. Questiona-se se surgirá uma nova forma de imobilidade da força de trabalho pela inexistência de trabalho (Carleial, 1994). Enquanto isso não ocorre, é a lógica do capital que define os deslocamentos.

O incremento do volume das migrações tendo por destino o município de Macaé tem na sua base a atuação da Petrobras e das demais empresas ligadas à economia petrolífera que lá se instalaram desde a década de 80. Em 2004 registravam-se 4.126 empresas instaladas no município, sendo 2.016 comerciais e industriais e 2.110 prestadoras de serviços. O que pouco se discute, no entanto, é que a economia do petróleo não absorve

qualquer tipo de migrante que se estabeleça em Macaé, apesar de todo o alarde que se faz entorno da geração de empregos no município.

“A exploração do petróleo no Norte Fluminense proporcionou a Macaé um vigor econômico que contrasta com o momento que o Brasil atravessa. Os petrodólares não param de entrar. A soma de todas as riquezas produzidas no município é de cerca de R\$ 1,3 bilhão e a cidade cresce 14% ao ano, enquanto a estimativa de expansão para do Brasil é de apenas 2%. Além disso, a oferta de empregos aumenta 15% (1.500 vagas) a cada 12 meses.” (Folha da Manhã, 29/07/2004)

Esta é uma atividade extremamente seletiva. Sendo assim, um volume bastante significativo de migrantes chega a Macaé e, não tendo qualificação, se submete ao subemprego e acabam residindo nas áreas mais periféricas e favelizadas. A favelização, aliás, é um fenômeno novo no município, e está intimamente ligada à dinâmica populacional recente em Macaé.

Desde o século XIX, existe na paisagem urbana brasileira esta forma de habitação de baixa renda muito peculiar: as favelas que, para o IBGE, integram o grupo das chamadas “habitações subnormais e inadequadas”, só começaram a ser estudadas a partir da década de 60 (Balassiano, 1993). São invasões ou ocupações ilegais de terrenos públicos ou privados caracterizadas pela disposição, em geral, desordenada e pela carência de serviços públicos essenciais, como abastecimento regular de água, energia e esgotamento sanitário.

Sendo encontradas em sítios extremamente diferenciados, as favelas têm em comum a inexistência de planejamento e a despreocupação com os impactos gerados ao meio ambiente urbano. Em Macaé as áreas favelizadas se concentram ao longo da margem esquerda do Rio Macaé, onde anteriormente, encontravam-se vastos manguezais.

Estas formas espaciais são habitadas, em geral, por uma população empobrecida, produto da conjugação de vários processos, tais como a expropriação dos pequenos produtores rurais, o seu progressivo assalariamento e a saturação do mercado de trabalho urbano, que conduzem a sucessivas migrações rural-urbana e urbana-urbana (especialmente de pequenas e médias para grandes cidades) e induzem essa população a ocupar espaços segregados e periféricos dos núcleos urbanos de destino.

Em Macaé, especula-se que os moradores das favelas são, em sua maioria, migrantes de municípios vizinhos e do Rio de Janeiro. Como já mencionado, por ser um fenômeno recente, grande parte das favelas de Macaé não constam do último recenseamento realizado pelo IBGE, em 2000. Ainda assim, segundo este mesmo instituto, a cidade de Macaé é a quinta mais favelizada dentro do estado do Rio de Janeiro, atrás apenas de São Gonçalo, Duque de Caxias, Niterói e Rio de Janeiro, todas estas na Região Metropolitana. Sem citar nenhuma fonte, o ex-prefeito, Sílvio Lopes (PSDB), declarou em entrevista concedida ao jornal O Globo de 08 de agosto de 2004, que apenas 1% dos moradores das favelas macaenses são naturais do município. Não é uma informação com base estatística, mas mostra que há um consenso quanto a esta questão. Os dados mais confiáveis sobre a população residente nas favelas do município são referentes a uma pesquisa realizada pela Prefeitura entre 2001 e 2003, através do Programa Macaé Cidadão.

A pobreza, entendida como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna (Dupas, 1999), soma-se a outra característica dos espaços favelados: a exclusão social. Sen (1999), ao discutir o conceito de pobreza, não se limita a enfocá-la sob a ótica da renda, compreendendo-a num contexto mais amplo que envolve a privação das capacidades. Nessa visão pode-se entender a pobreza como o fracasso das capacidades básicas para alcançar determinados níveis minimamente aceitáveis. Isso inclui necessidades fisicamente essenciais como nutrição, vestuário e saúde, além de questões sociais mais complexas, como ter uma vida comunitária ativa, participar de movimentos políticos, etc.

Wolfe (1995), para melhor ilustrar a questão da sensação de exclusão social, divide o mundo em três grupos: os que têm cartão de crédito; os que não têm mas gostariam de ter; e os que desconhecem a existência do cartão de crédito. Neste mundo hipotético, se pensarmos em termos de renda, é possível caracterizar o terceiro grupo como sendo o mais excluído. No entanto, se utilizarmos como critério a questão da sensação de ser excluído, o segundo grupo é mais frustrado e, portanto, mais excluído, porque está inserido no contexto da sociedade consumista, conhece os benefícios de um cartão de crédito, mas sua condição social não permite o acesso a ele. Trazendo esta discussão para a realidade macaense, pode-se estabelecer uma outra analogia: o terceiro grupo se refere àqueles que está inserido no contexto da economia petrolífera, conhece os benefícios que esta atividade traz para a cidade e para a renda individual dos que nela atuam, mas sua baixa qualificação não dá acesso a este restrito mercado.

Dessa forma, o entendimento da exclusão social não pode estar limitado à renda, mas a muitos outros fatores objetivos e subjetivos, como a supracitada sensação de exclusão, a falta de acesso a bens, à segurança, à cidadania e à justiça. Rogers (1995) aponta vários níveis de exclusão: exclusão do mercado de trabalho, exclusão do trabalho regular, exclusão do acesso a moradia decente e serviços comunitários, exclusão do acesso a bens e serviços (inclusive serviços públicos), exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência, exclusão do acesso a terra, exclusão em relação a segurança, exclusão dos direitos humanos. Todos estes níveis de exclusão resultam em péssima qualidade de vida para esta população.

A noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente (Lopes et alli, 2003). Garantir qualidade de vida é, portanto, possibilitar uma melhor distribuição e usufruto da riqueza social aos cidadãos de uma comunidade além de propiciar um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito à sociedade e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

Pobreza e exclusão social estão articuladas, visto que a pobreza enquanto privação de capacidades acaba por excluir os que foram privados de alguma de suas capacidades, inclusive a de auferir renda.

## 8. A migração Recente no Município

### 8.1 – Onde eles estão?

O município de Macaé é dividido em seis Áreas de Ponderação (AP), que são agrupamentos de setores censitários e representam o menor recorte espacial com dados da amostra do Censo Demográfico. Dentro de cada Área de Ponderação são encontrados alguns bairros, e os limites da AP respeitam a divisão administrativa de bairros na maioria dos casos, com exceção da Área Rural do 1º distrito e do bairro de Barra de Macaé.

Como pode ser visto no cartograma 1, a Área de Ponderação 6 corresponde à Área Rural do Município de Macaé. Dentro desta Área de Ponderação fica também uma parte de ocupação rarefeita, com feições tipicamente rurais, do bairro de Barra de Macaé. Nesta AP residem, como mostra a Tabela 3, 15752 pessoas, sendo 2013 migrantes intermunicipais. Isso significa dizer que 12,78% da população residente nesta AP migrou entre 1995 e 2000.

A Área de Ponderação 1 corresponde à área central da cidade, excluindo-se o bairro do centro, e concentra os bairros mais densos e de ocupação mais antiga de Macaé (Miramar, Visconde de Araújo – Fotografia 1, Cajueiros, Riviera Fluminense e Praia Campista). A Tabela 3 mostra que é nesta Área de Ponderação que reside a maior parte dos habitantes do município: 28277 pessoas, 3515 migrantes recentes. Apesar de a AP 1 apresentar apenas a 5ª proporção de migrantes dentro da população residente total, 12,43%, ali está a segunda maior concentração absoluta de migrantes no município.

Pode-se dizer que a Área de Ponderação 2 é a periferia imediata da cidade. Nela encontram-se bairros favelizados como Aroeira e Botafogo, o que afeta a mata ciliar ao longo do Rio Macaé (Fotografia 2). Com 23277 habitantes e apenas 1966 migrantes recentes, é a Área de Ponderação que apresenta não só a menor concentração absoluta de migrantes como também a menor participação deles no total da população: 8,45%.

Um olhar desatento ao mapa pode trazer a falsa sensação de que a Área de Ponderação 3 seria um grande cabo adentrando o mar de Macaé. Isso ocorre porque a AP 3 engloba o arquipélago de Sant'Anna, além da faixa litorânea e mais densa do bairro de Barra de Macaé. Dessa forma, em se tratando de áreas emersas, a Área de Ponderação 3 é a menor de todas, embora concentre quase a mesma quantidade de habitantes que em toda a

Área Rural. São 14866 habitantes, sendo 2033 migrantes, ou 13,68% do total, o segundo maior percentual de migrantes sobre a população residente no município.

As Áreas de Ponderação 4 e 5 são as mais peculiares para este estudo. São elas que representam os dois grandes eixos de expansão da cidade. A AP 4 compreende os bairros da Ajuda, Cabiúnas, Parque Aeroporto, São José do Barreto e Lagomar. São bairros de população pobre e de residências precárias e sem acabamento (Fotografia 3). É nesta Área de Ponderação que se concentra a maior parte dos migrantes recentes de Macaé: 4708, ou 19,33% de uma população residente de 24357 pessoas. A AP 5 correspondente ao vetor de expansão Sul, e abrange, além de parte da área rural do 1º distrito (que, segundo proposta do governo municipal, terá sua situação alterada para área urbana), os bairros de Imboassica, Lagoa, Granja dos Cavaleiros, Cavaleiros, Glória, Imbetiba e Centro. É a Área de Ponderação com a segunda maior população residente, 25519 habitantes, e a terceira maior população migrante, 3466, o que representa 13,58% da população residente total.

O cartograma 2 espacializa os dados da Tabela 3 e mostra de forma mais clara a concentração de migrantes em valores absolutos nas Áreas de Ponderação 1, 4 e 5 e a concentração de migrantes em valores percentuais principalmente na Área de Ponderação 4.

**Tabela 3:** População Residente Total e População Migrante Recente Segundo Áreas de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

Áreas de Ponderação	População Residente	População Migrante	Percentual da Pop. Migrante Sobre a Pop. Residente
1	28277	3515	12,43
2	23277	1966	8,45
3	14866	2033	13,68
4	24357	4708	19,33
5	25519	3466	13,58
6	15752	2013	12,78

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

**Fotografia 1:** Vista parcial do bairro de Visconde de Araújo (AP 1), em primeiro plano.



Foto do autor. Dezembro/2004.

**Fotografia 2:** Favelização ao longo do Rio Macaé (AP 3)



Foto do autor. Dezembor/2004.

**Fotografia 3:** Aspecto do Bairro da Ajuda, na AP 4.



Foto do autor. Dezembro/2004.

## 8.2 – De onde eles vêm?

Até pouco tempo atrás Macaé era uma cidade pequena, com população reduzida, poucos serviços, nenhuma instituição de ensino superior e economia dependente basicamente do setor primário (produção de cana e pesca). Lá se instalou uma grande empresa nacional do setor petrolífero, desencadeando um processo de mudanças e de crescimento urbano. Diversas empresas vieram em seqüência e hoje o que se vê é uma cidade média, população crescente, serviços dignos de grandes metrópoles, tráfego aéreo intenso e uma economia impulsionada por um setor que requer mão de obra altamente qualificada.

Após terem sido brevemente caracterizadas as Áreas de Ponderação e os bairros do município ficará mais fácil entender o que está por vir. Do total dos migrantes foram filtrados os que tinham três origens específicas: migrantes internacionais, migrantes regionais e migrantes cariocas.

No cartograma 3 é possível verificar que os migrantes internacionais se concentram nas duas Áreas de Ponderação mais nobres: a área central da cidade (AP 1 – 196 migrantes internacionais), onde se concentram também diversas empresas off-shore e no vetor de expansão sul da cidade (AP 5 – 149 migrantes internacionais), caracterizado por grandes condomínios de luxo, onde se paga até 250 mil reais por um terreno e onde o aluguel de uma casa de três quartos beira os cinco mil reais. Nas demais Áreas de Ponderação quase não há migrantes estrangeiros: na AP 3 há 25 deles; na AP 2, 9; na AP 4 eles somam 11 e na AP 6 entre 1995 e 2000 nenhum migrantes internacional estabeleceu residência.

Os migrantes regionais, provenientes dos municípios que integram o Norte Fluminense, se concentram nas Áreas de Ponderação mais pobres (AP 3, AP 4 e AP 6, principalmente). Nos bairros nobres da cidade somam apenas um total de 345, contra 989 na área mais periférica. Essa baixa concentração de migrantes regionais nas áreas nobres sugere que estes sejam, na sua maioria, migrantes pouco especializados, atraídos pelo aquecimento da economia local, mas excluídos da “grande festa do petróleo”, e portanto impossibilitados de pagar os já citados terrenos ou aluguéis exorbitantes.

Na Tabela 4, referente aos migrantes do Norte Fluminense, é possível notar que, de forma geral, estes migrantes têm rendimentos baixos. Com exceção dos residentes na Área de Ponderação 5, a maioria dos migrantes norte-fluminenses estão incluídos na faixa de renda de até 2 salários mínimos. E no que se refere aos que têm rendimentos superiores a 6 salários mínimos, estes migrantes estão concentrados nas Áreas de Ponderação 1 (centro) e 5 (área nobre), mostrando que os poucos migrantes regionais que recebem altos salários estão localizados majoritariamente nas áreas nobres da cidade. É importante notar, também, que nenhum migrante regional tem renda superior a 30 salários mínimos, faixa de renda quase exclusiva dos migrantes internacionais, geralmente detentores de altos cargos nas empresas ligadas à economia petrolífera.

**Tabela 4:** Migrantes Oriundos da Região Norte Fluminense Por Faixa de Renda Segundo Áreas de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

Áreas de Ponderação	Migrantes Oriundos da Região Norte fluminense									
	total	até 2 s.m.		3 a 5 s.m.		6 a 10 s.m.		10 a 30 s.m.		mais de 30 s.m.
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.
1	482	284	58,92	78	16,18	53,00	11,00	67	13,90	0
2	292	222	76,03	29	9,93	20	6,85	21	7,19	0
3	646	340	52,63	217	33,59	18	2,79	71	10,99	0
4	989	479	48,43	321	32,46	36	3,64	153	15,47	0
5	345	75	21,74	101	29,28	63	18,26	106	30,72	0
6	527	302	57,31	147	27,89	24	4,55	54	10,25	0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2000.

Os migrantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro se distribuem de maneira que não evidenciem um perfil muito claro: há grandes concentrações de migrantes cariocas tanto na Área de Ponderação 1 e 5 (566 e 994, respectivamente) quanto na Área de Ponderação 4 (746). Para entender se estes migrantes são qualificados para o setor de petróleo ou se são, em sua maioria, desqualificados, estabelecer um cruzamento entre o município de origem e a ocupação do migrante poderia esclarecer qualquer tipo de dúvida. Entretanto, o Censo Demográfico só nos permite conhecer especificamente os migrantes ocupados diretamente na atividade de extração de petróleo e serviços correlatos.

Ainda assim, apesar de não incluir os migrantes ocupados em outras atividades ligadas direta e indiretamente ao setor de petróleo, a Tabela 5 mostra alguns dados interessantes. As Áreas de Ponderação que concentram o maior número de migrantes cariocas ocupados em atividades de extração de petróleo são as que também concentram um número maior de migrantes internacionais: AP 1 e AP 5. E nas Áreas de Ponderação 3 (que se resume basicamente a parte mais densa do bairro de classe baixa Barra de Macaé) e 6 (correspondente às áreas rurais do município) não reside nenhum migrante carioca ocupado nesta atividade.

**Tabela 5:** Migrantes Oriundos do Município do Rio de Janeiro Por Ocupação Segundo Áreas de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

Áreas de Ponderação	Migrantes Oriundos do Município do Rio de Janeiro		
	total	ocupados diretamente em atividades ligadas ao petróleo	outras ocupações
1	566	99	467
2	292	42	250
3	188	0	188
4	746	51	695
5	994	117	877
6	111	0	111

O município do Rio de Janeiro conta com instituições de ensino superior com cursos específicos para o setor petrolífero, tais como Engenharia de Petróleo e Geologia, além de outros que também geram mão de obra qualificada para o setor, como, por exemplo, o curso de Engenharia Ambiental e Logística. É também no Rio de Janeiro que está localizada a sede da Petrobras, empresa desencadeadora de todas as mudanças sofridas pelo município de Macaé nas últimas décadas. Tudo indica que, por ser a metrópole mais próxima de Macaé e contar com estas Instituições, o Rio de Janeiro seja a principal fonte regional de mão de obra qualificada para o setor de petróleo. Estes cariocas muito provavelmente são a maioria entre os 994 que residem na Área de Ponderação 5, como já sabemos, a de custo de vida mais elevado.

E como em toda grande cidade brasileira, no Rio de Janeiro há um excedente populacional muito grande em busca de qualquer oportunidade de emprego. Possivelmente atraídos pelo aquecimento da economia macaense e pela divulgação na mídia do Eldorado do Norte Fluminense, estes migrantes cariocas excluídos no Rio de Janeiro fixam residência em Macaé, onde não conseguem inserção no mercado especializado e engrossam os bolsões de pobreza da cidade de Macaé, especialmente na Área de Ponderação 4, onde residiam, em 2000, 746 cariocas recém-migrados.

### 8.3 – Quanto eles ganham?

Embora nem todos os autores concordem, a renda (na verdade, a carência dela) é considerada por muitos como um dos fatores determinantes da pobreza. Como já foi discutido, Macaé sofre um nítido processo de segregação espacial entre pobres e ricos, que se reflete de maneira especial na população migrante. A Tabela 6 e o Cartograma 4 permitem visualizar esta segregação a partir das faixas de renda dos migrantes em cada Área de Ponderação do município.

**Tabela 6:** Número de Migrantes por Faixa de Renda segundo Áreas de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

Área de Ponderação	até 2 s.m.	3 a 5 s.m.	6 a 10 s.m.	10 a 30 s.m.	mais de 30 s.m.
1	614	300	423	384	79
2	558	211	154	62	12
3	447	200	116	35	15
4	1139	382	330	52	13
5	470	395	421	442	163
6	760	95	106	10	10

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2000.

A faixa de renda de até 2 salários mínimos, representada pela cor verde escuro, é nitidamente menor na AP 5. É também nesta Área de Ponderação, além da AP 1, que estão concentrados os migrantes com rendimentos superiores a 30 salários mínimos, faixa de renda representada pela cor vermelha. Eles totalizam 163 migrantes, mais do que os 129 migrantes dentro desta faixa de renda residentes em todas as outras Áreas de Ponderação juntas.

Juntando-se as duas faixas de renda inferiores, até 2 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos, é possível visualizar, no cartograma, que, enquanto na Área de Ponderação 5 essas faixas não ultrapassam os 50%, nas Áreas de Ponderação 2, 3 e 4 estas faixas de renda ultrapassam os 75%. Na AP 6 essa proporção é ainda maior, mas, em se tratando de uma área rural, deve-se atentar para o fato de que estes valores não incluem a renda não-monetária. Sendo assim, apesar de menores, as proporções nas Áreas de Ponderação urbanas periféricas parecem ainda mais alarmantes.

A Área de Ponderação 1, referente a área central da cidade, é a que apresenta o maior equilíbrio entre as faixas de renda. Nesta AP, as faixas de renda inferiores a 5

salários mínimos e superiores a 6 salários mínimos formam quase dois hemisférios perfeitos, mostrando uma proporção próxima de 50% para 50%.

No que se refere aos valores absolutos, a análise da Tabela 6 mostra com clareza a grande concentração de migrantes com rendimentos inferiores a 2 salários mínimos na Área de Ponderação mais pobre do município, a AP 4, com 1139 migrantes nesta situação. Exceto pela AP 6, é nesta Área de Ponderação que se encontra o menor número de migrantes com rendimentos superiores a 30 salários mínimos.

Como se segue uma regra, quanto mais elevada a faixa de renda, menores são as concentrações de migrantes residentes nas Áreas de Ponderação 2, 3, 4 e 6 e maiores as concentrações de migrantes residentes nas Áreas de Ponderação 1 e, principalmente, 5.

Embora os números mostrem concentrações maiores de migrantes ricos nas áreas mais nobres e migrantes pobres nas áreas mais periféricas da cidade, é possível verificar na tabela que existem alguns poucos migrantes com rendas muito elevadas residindo nas Áreas de Ponderação periféricas. Um breve conhecimento da realidade do município de Macaé permitiria concluir que estes poucos ricos têm alguma ligação com a economia do petróleo. Nas Tabelas 7 e 8 é possível aprofundar tal conclusão.

**Tabela 7:** Número de Migrantes Empregados no Setor Petrolífero por Faixa de Renda segundo Áreas de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

Área de Ponderação	até 2 s.m.	3 a 5 s.m.	6 a 10 s.m.	10 a 30 s.m.	mais de 30 s.m.
1	22	50	95	154	51
2	7	38	9	27	12
3	7	33	0	22	0
4	8	56	52	26	0
5	9	19	45	134	66
6	25	12	10	0	0

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2000.

**Tabela 8:** Percentual de Migrantes Empregados no Setor Petrolífero por Faixa de Renda segundo Áreas de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

Área de Ponderação	até 2 s.m.	3 a 5 s.m.	6 a 10 s.m.	10 a 30 s.m.	mais de 30 s.m.
1	3,58	16,67	22,46	40,10	64,56
2	1,25	18,01	5,84	43,55	100,00
3	1,57	16,50	0,00	62,86	0,00
4	0,70	14,66	15,76	50,00	0,00
5	1,91	4,81	10,69	30,32	40,49
6	3,29	12,63	9,43	0,00	0,00

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2000.

A Tabela 7 mostra que a maioria dos migrantes empregados na extração de petróleo e serviços correlatos residentes nas Áreas de Ponderação 1 e 5 têm rendimentos superiores a 6 salários mínimos, grande parte deles na faixa entre 10 e 30 salários. Em contrapartida, os migrantes empregados neste setor e que residem nas Áreas de Ponderação 2, 3, 4 e 6 estão concentrados nas faixas de renda mas inferiores, especialmente entre 3 e 5 salários mínimos.

A Tabela 8 mostra, para cada Área de Ponderação, o percentual de migrantes empregados na extração de petróleo e serviços correlatos por faixa de renda, sobre o total de migrantes que se encontram naquela faixa de renda. Isso significa que, na primeira célula da tabela, o número 3,58 corresponde ao percentual de migrantes que recebem até 2 salários mínimos e que estão empregados neste setor de atividade. Os dados desta tabela são muito interessantes e têm por objetivo mostrar em que medida a atividade petrolífera é determinante para a distribuição dos migrantes entre as faixas de renda. Como já mencionado, os números se referem especificamente à atividade de extração de petróleo, não incluindo demais atividades indiretamente ligadas ao petróleo. Neste caso, pode-se especular que os números seriam ainda mais surpreendentes.

Percebe-se que quanto maior a faixa de renda, maior é a proporção de migrantes ocupados na atividade de extração de petróleo sobre o total de migrantes incluídos naquela faixa de renda.

Na primeira faixa de renda (até 2 salários mínimos), em nenhuma Área de Ponderação essa proporção ultrapassa os 4%, evidenciando que dos migrantes que trabalham diretamente na extração de petróleo pouquíssimos são os que possuem baixos rendimentos.

Nas faixas de renda imediatamente superiores, de 3 a 5 salários mínimos e de 6 a 10 salários mínimos, a participação dos migrantes empregados no setor do petróleo

aumenta sensivelmente, chegando a ultrapassar 20% do total. Entretanto, na Área de Ponderação 5 a participação destes migrantes continua muito baixa, indicando mais uma vez uma concentração de migrantes de renda alta.

As duas faixas de renda mais alta, de 10 a 30 salários mínimos e acima de 30 salários mínimos, mostram números indiscutíveis: em todas as Áreas de Ponderação de Macaé a proporção de migrantes empregados no setor de petróleo entre os migrantes de renda elevada é altíssima. Na AP 2, 100% dos migrantes com rendimentos superiores a 30 salários mínimos são empregados do setor petrolífero. E como já havia sido mostrado na Tabela 7, nas Áreas de Ponderação 3, 4 e 6 não residem migrantes com rendimentos tão elevados.

## 9. Considerações Finais

Um município com crescimento espantoso, grifes renomadas, hotéis de nível internacional, aeroporto, intenso tráfego de helicópteros, hospitais modernos e muitos empregos. É esta a imagem de Macaé vendida pela Mídia. É esta Macaé que vem atraindo tantos migrantes.

Tendo que conviver com problemas típicos de grandes metrópoles, tais como tráfico de drogas, violência, engarrafamentos e crescente favelização, o Eldorado, aos poucos, começa a mostrar o outro lado da realidade. Algumas reportagens já apontam para as dificuldades de se conseguir emprego fora do ramo do petróleo e denunciam a queda nos investimentos sociais. O primeiro grande passo neste sentido foi tomado pelo jornal O globo, em 5 de dezembro de 2004, quando o caderno de economia trouxe o título “Fortuna Mal Distribuída – A Desigualdade do Petróleo”.

Através dos dados apresentados ao longo deste estudo é possível perceber, nitidamente, o surgimento de duas classes de migrantes em Macaé. Os primeiros, muitos deles empregados no setor petrolífero (8,94% dos residentes na AP 5 e 11,29 dos residentes na AP 1), recebem altos salários e residem nas áreas mais nobres da cidade, em condomínios fechados, num claro processo de auto-segregação. Os outros, possivelmente atraídos pelo alarde que se fez nos últimos anos em torno do município, sem condições de ingressar no estrito mercado do petróleo, residem nas áreas mais pobres e menos providas de infra-estrutura, especialmente na AP 4, onde os migrantes recentes representam 19,33% da população residente total.

Foi possível também caracterizar dois tipos específicos de migrantes como principais integrantes das duas classes supracitadas: os migrantes internacionais, fortemente associados à economia petrolífera, e os Regionais. Estes, majoritariamente fixados nas áreas mais pobres da cidade e apresentando rendimentos baixos enquanto aqueles concentrados na AP 5, a mais rica do município. Um número bastante elevado de migrantes cariocas também pôde ser percebido tanto em Áreas de Ponderação ricas quanto nas pobres. Na AP 5, os migrantes cariocas são a maioria esmagadora: 994 de 3466 migrantes, ou seja, 28,67% do total.

De forma geral é cabível estabelecer dois vetores de crescimento do município. O vetor norte, de população migrante majoritariamente empobrecida e crescentemente favelizada, constituído pelas Áreas de Ponderação 3 e 4 e, o vetor sul, referente à Área de Ponderação 5, onde ocorre grande concentração de migrantes com rendimentos elevados e onde se nota um forte processo de especulação imobiliária.

Interessante observar que o percentual de migrantes recentes empregados diretamente nas atividades de extração de petróleo é muito baixo: apenas 6,57% do total de migrantes. Na Área de Ponderação 1, que corresponde à área central do município, esta proporção é um pouco diferente, mas mesmo assim pequena: 11,29%. Entretanto, a economia do petróleo mostra sua força quando analisamos a renda dos migrantes: a maioria dos migrantes com remunerações elevadas é vinculada a este setor de atividade. Na Área de Ponderação 2, por exemplo, todos os migrantes que recebem mais de 30 salários mínimos estão ocupados em atividades de exploração de petróleo.

A dinâmica populacional em Macaé é extremamente interessante e intrigante, campo fértil para estudos de geografia da população, demografia, sociologia e demais ciências. É de fundamental importância dar continuidade aos estudos sobre migração no município para seguir traçando diagnósticos sociais a fim de gerar elementos para subsidiar o planejamento urbano e, principalmente, para mostrar as duas faces da “capital do petróleo”.

## 10. Referências Bibliográficas

BALASSIANO, H. M. M. “As favelas e o comprometimento ambiental” In.: MESQUITA, O. e SILVA, S. (orgs.) *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Geografia, 1993. p.41-48.

BECKER, Olga M.S. 1997. “Mobilidade especial da população: conceitos, tipologia, contextos” In.: Castro, Iná et alli. *Explorações Geográficas*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.

CARLEIAL, L.M. (1994). Integração internacional e (I) mobilidade da força de trabalho. In: Lavinias, Carleial e Nabuco (orgs.) *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

CEFET. *A Evolução do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: um enfoque sobre Campos e Macaé*. Boletim Técnico: Observatório econômico da região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ: CEFET, n. 1, mar., 2001. 17 p.

DAMIANI, Amélia. 1991. “Concepções sobre população” In.: *População e Geografia*. Contexto: São Paulo

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FOLHA DA MANHÃ. Município de Macaé tem PIB de R\$1,3 bi. Macaé especial 191 anos. *Jornal Folha da Manhã*, 27 de julho de 2004. Campos dos Goytacazes, 2004.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. 1977. “Mobilidade do trabalho e economia pura” In.: *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Estampa: Lisboa.

GEORGE, Pierre. 1971. *Geografia da população*. Difel: São Paulo.

IBGE. Censo Demográfico 1970.

\_\_\_\_\_, Banco Multidimensional de Estatísticas.

\_\_\_\_\_, Censo Demográfico 1991.

\_\_\_\_\_, Censo Demográfico 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA. *Impactos Sociais do Desenvolvimento de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo nas Regiões das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense*. PROJETO CTPETRO – Tendências Tecnológicas, Nota Técnica 13. Janeiro, 2003.

LOPES, H. M.; Macedo, Paulo B. R., Machado, Ana F., *Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 15p. (Texto para discussão, 223)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*, 2001.

O GLOBO. Fortuna Mal Distribuída – A desigualdade do petróleo. *Jornal O Globo*, 5 de dezembro de 2004. Rio de Janeiro, 2004.

O GLOBO. Macaé, terra prometida para um grupo restrito. *Jornal O Globo*, 8 de agosto de 2004. Rio de Janeiro, 2004.

PIQUET, Rosélia (org.) *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

Raffestin, Claude. 1980. “Recenseamento e poder” In.: *Por uma geografia do poder*. Série Temas. V.29. Ática: São Paulo.

ROGERS, G. “What is special about social exclusion approach?” In.: ROGERS, G.; GORE, C.; FIGUEIREDO, J. (orgs.) *Social Exclusion: rhetoric, reality, responses*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1995.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

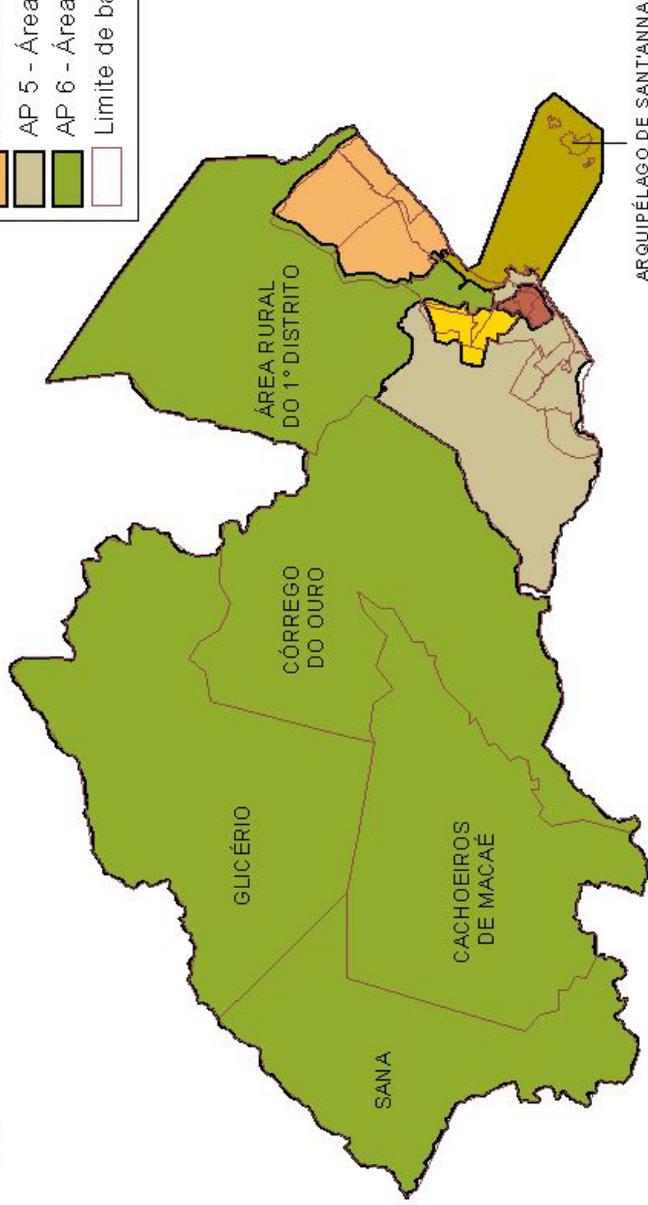
WOLFE, M. “Globalization and social exclusion – some paradoxes” In.: ROGERS, G.; GORE, C.; FIGUEIREDO, J. (orgs.) *Social Exclusion: rhetoric, reality, responses*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1995.

# Áreas de Ponderação e Bairros do Município de Macaé. 2000.

cartograma 1



- AP 1 - Área Central
- AP 2 - Periferia Imediata
- AP 3 - Faixa Litorânea Empobrecida
- AP 4 - Bolsão de Pobreza
- AP 5 - Área Nobre
- AP 6 - Área Rural
- Limite de bairros

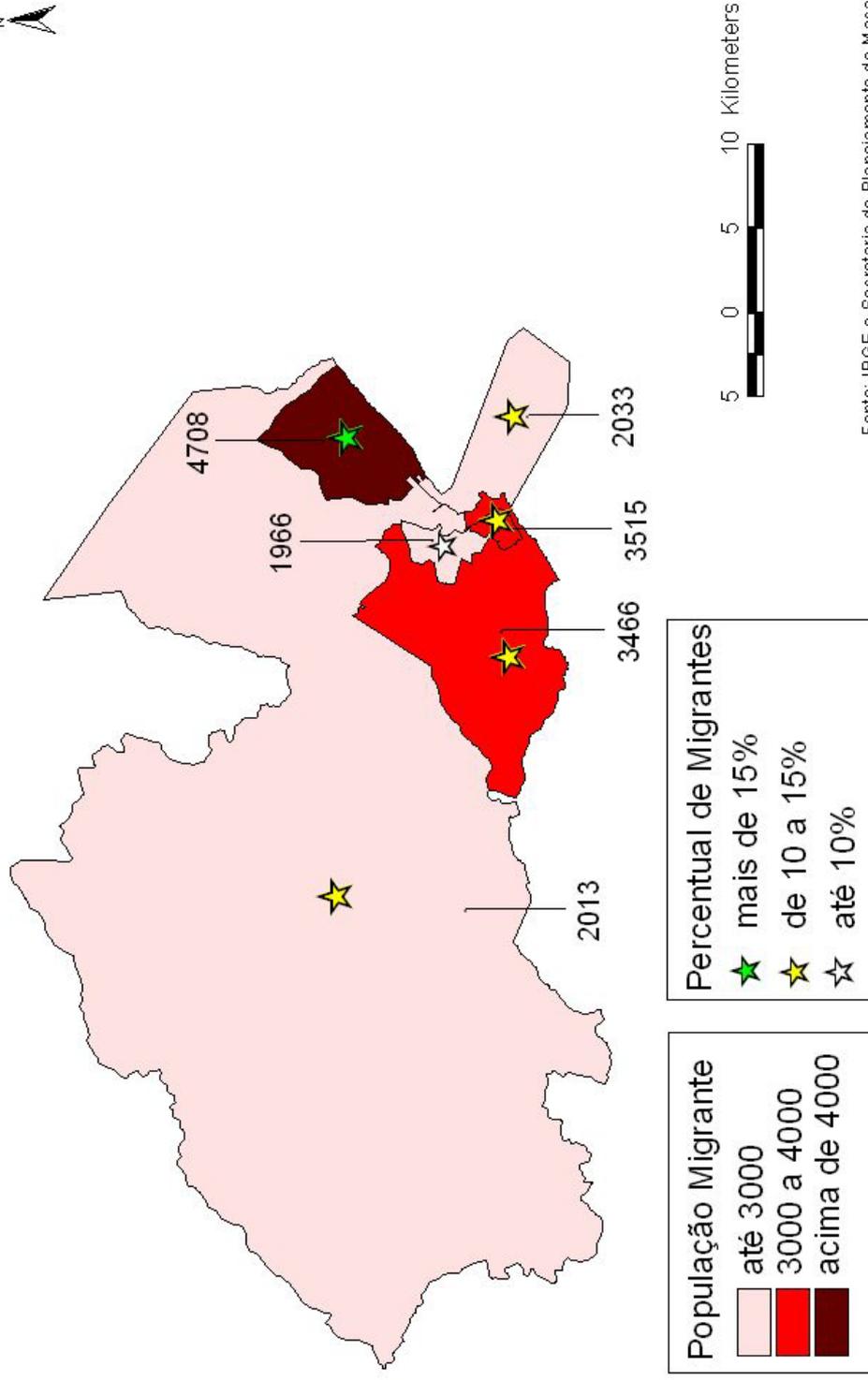


5 0 5 10 Kilômetros

Fonte: IBGE e Secretaria de Planejamento de Macaé.

# População Migrante segundo Área de Ponderação no Município de Macaé. 2000.

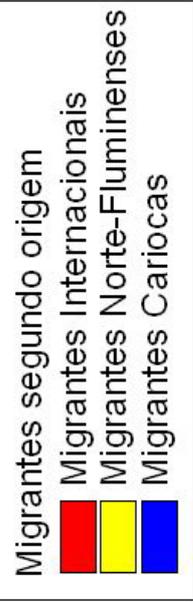
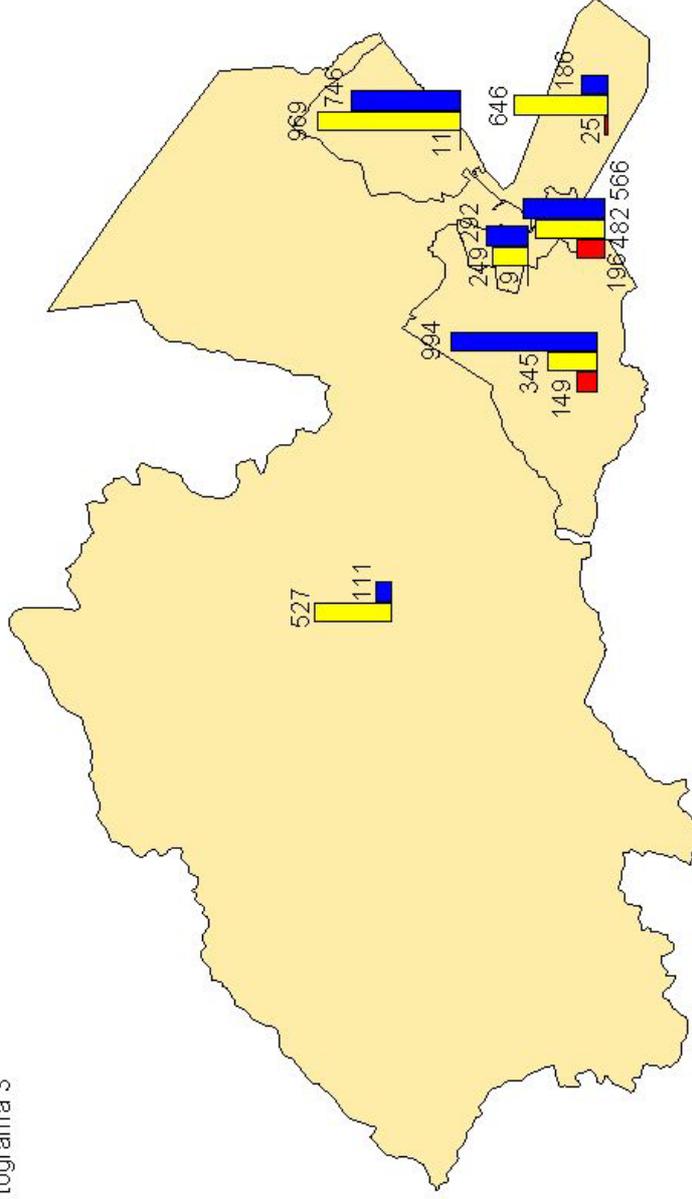
cartograma 2



Fonte: IBGE e Secretaria de Planejamento de Macaé.

# Migrantes Internacionais, Norte-Fluminenses e Cariocas Segundo Área de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

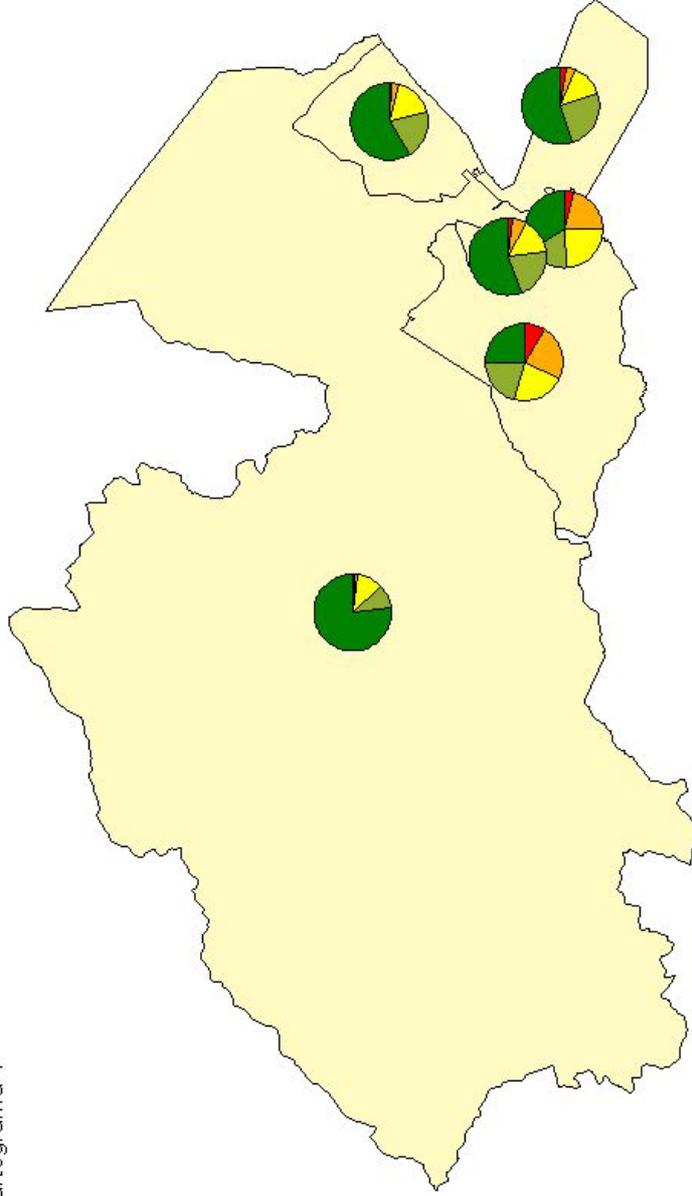
cartograma a 3



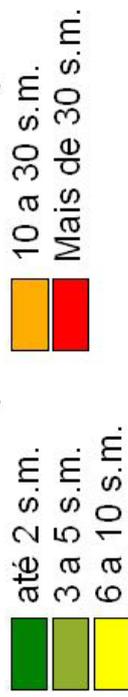
Fonte: IBGE e Secretaria de Planejamento de Macaé.

População Migrante Por Faixas de Renda  
Segundo Área de Ponderação do Município de Macaé. 2000.

cartograma 4



Faixas de Renda (do chefe de família)



Fonte: IBGE e Secretaria de Planejamento de Macaé.

Percentual de Migrantes Empregados no Setor Petrolífero Segundo Área de Ponderação no Município de Macaé. 2000.  
cartograma 5

